

Camille Muniz: Aos 26 de novembro de 2025, às 10:14, através do sistema Teams, Microsoft, vamos dar início a reunião mensal ordinária do Conselho Municipal de Previdência conjunta com a reunião mensal ordinária do Comitê de Investimentos. Na pauta de hoje teremos a apresentação da prestação de contas mensal da evolução do patrimônio do IPSGA, apresentação das demandas da Ouvidoria e a apresentação e deliberação da Política de Investimentos para o exercício de 2026. Vamos iniciar com a prestação de contas mensal do Comitê para o Conselho, referente ao mês de outubro de 2026. É uma apresentação bem rápida que costumamos fazer, com análise da aderência da Carteira à Política de Investimentos, com relação ao enquadramento dos investimentos. **Vitor Leitão:** Então deixa eu só compartilhar a tela do sistema UNO com vocês. O IPSGA teve uma evolução do mês passado de setembro para outubro a gente tá falando aí no final de outubro né final de setembro R\$ 208 milhões para R\$ 213 milhões então ele teve um aumento expressivo de patrimônio. Durante esse mês de outubro com uma rentabilidade também expressiva. Durante o mês de outubro a teve uma rentabilidade de 1,2%, equivalente a 2 milhões e meio, só de rentabilidade durante esse mês. Com a meta de 0,52%, então ficou nesse mês passado com 0,68% acima da meta atuarial. De forma que no acumulado do ano vem acumulando essa sequência de resultados positivos. O IPSGA está com 3,53% pontos percentuais acima da meta atuarial. É o resultado de rentabilidade a 11,78%, acumulado de janeiro a outubro contra uma meta de 8,25%, então é um resultado bem expressivo, tanto do ponto de vista de aumento de patrimônio como de rentabilidade, logo aqui abaixo tem a rentabilidade mês a mês. O mês de julho foi que ficou abaixo da meta. Mas agosto, setembro e outubro foram 3 meses seguidos em que a rentabilidade, que é essa linha azul que está acima da barra verde, a barra verde é a meta e a linha é a rentabilidade. Então, se olharmos no acumulado é praticamente no ano inteiro permaneceu acima da meta, fevereiro foi um mês que praticamente ficou igual, mas um pouquinho abaixo da meta, somente. A partir de março vem não só se mantendo acima da meta, como abrindo essa diferença, principalmente nesses últimos 3 meses. Percebe-se até visualmente aqui que a distância da rentabilidade em relação à meta cresceu bem. Isso é reflexo pessoal de uma carteira com uma postura já mais defensiva. Na verdade, o IPSGA sempre teve uma postura mais defensiva com os investimentos. Mas, vem aumentando essa postura mais defensiva, o que ajudou nesse resultado. Quando olhamos para a taxa de juros, que é muito elevada, a gente permanece com

Handwritten signatures and initials:
- Top right: A large signature in blue ink.
- Middle right: A signature in blue ink.
- Below that: A small signature in blue ink.
- Further down: A signature in blue ink.
- Bottom right: A signature in blue ink.

taxa de juro de 15%. Isso é muito prejudicial para o país, com a taxa de juro muito alta, mais para o investidor é uma taxa muito alta, então consegue ter investimentos bem conservadores como os do IPSGA tem, já mantém com rentabilidade superior a média. Então esse é um resultado que é até essa eu nem diria mudança de postura porque a sempre manteve essa postura conservadora, mas de tornar até mesmo dentro da renda fixa, ter investimentos mais conservadores dentro da própria renda fixa, isso ajudou mais o resultado. Então essa é a dinâmica que vem sendo implantada nesse ano tem trazido bons frutos e aí já pegando um gancho que eu sei que é outra pauta, mas para a Política de Investimentos, a nossa ideia é basicamente replicar essa mesma estratégia, e manter conservador para 2026. Mas como é pauta para depois eu não vou entrar agora não, mas acho que basicamente que os principais pontos são esses. A carteira continua enquadrada em conformidade com a resolução e política de investimentos, com os investimentos em outubro, não teve nenhuma mudança expressiva de carteira, então permanece tudo como antes. Vocês veem só os destaques aqui de desenquadramento, mas nos fundos que a gente já conhece, ou seja, os fundos ilíquidos que permanecem na carteira, o restante, mantendo essa estratégia com o Banco do Brasil, um fundo da [Caixa Econômica Federal], mas a maior parte no Banco do Brasil, tudo enquadrado na resolução e na política de investimentos e com a rentabilidade bem superior a meta atuarial. Então, acho que é o crescimento expressivo do patrimônio. Então, enfim, que em resumo é isso, Camille. Eu não sei se quer que a gente entre em algum detalhe mais específico. **Camille Muniz** : É, eu acho que a gente superou, é os R\$ 2 milhões de rentabilidade em outubro. **Vitor Leitão** : É, deixa eu te mostrar aqui. Em 2025, nós estamos com R\$ 21 milhões e 600 mil reais de rentabilidade. E aqui é só um ponto importante, Camille, só para até reforçar isso. Iniciamos o ano com R\$ 177 milhões e meio. **Vitor Leitão** : Estamos somando agora 213 milhões e 700. Então desse resultado expressivo ele tá falando aqui de 23 é com 36 milhões de reais aproximadamente em números redondos aqui 36 milhões de reais. De aumento de patrimônio de janeiro para cá, desses 36 milhões a mais de aumento de patrimônio 21 milhões e meio é de rentabilidade de investimentos. Então assim, é só para reforçar para vocês, é a responsabilidade que o comitê carrega para quem é do conselho, obviamente. Responsabilidade que o comitê carrega de ter essa de ver esse patrimônio crescendo tão fortemente, como está vendo esse ano, mas mostrando o quão importante é a rentabilidade dos investimentos. Então assim, essa postura conservadora, ela ao mesmo tempo em que dá conforto para todo mundo. Para conselho, para os servidores, para o comitê, para a assessoria, enfim para todos, que

Renato

com

tem conseguido trazer. É um resultado expressivo, então, de R\$ 36.000.000, 21000000 e meio, aproximadamente, é só de rentabilidade. Então é realmente bem expressivo, se nada fugir do controle novembro e dezembro devem ser 2 meses muito bons também. Então deve manter essa dinâmica de rentabilidade expressiva e até nos distanciar mais da meta atuarial ainda mais, se nenhuma catástrofe acontecer que se espera que não aconteça. É com resultado ainda melhor do que já está nesses 10 meses. **Camille Muniz:** A única coisa que eu queria deixar registrado, Vitor, é um e-mail que eu recebi da BFL. Eu nem cheguei a te passar, passei para o Bruno Barreto, mas você deve ter tomado conhecimento. É que eles solicitam que seja assinado o termo de ciência de que a responsabilidade é ilimitada em razão das mudanças da 175, não é isso? **Vitor Leitão:** Certo. **Camille Muniz:** Eu já me manifestei no grupo, tanto do Conselho quanto do Comitê, que assim eu acho é que é muito desconfortável para quem não ensejou essa situação, ter que responder. **Vitor Leitão:** Manda o e-mail. **Camille Muniz:** É assinar esse termo de ciência, sabe? É, eu não sei se você sabe, mas as nossas linhas de defesa, nas cobranças que a gente vem recebendo, é no sentido se pagar apenas o valor proporcional à cota, aí vai acabar que não vai ter mais essa linha de defesa, não é? Eu queria até que você explicasse para o Conselho, para que o Conselho tivesse ciência. Isso se refere ao fundo Austro. E aí eu queria só que você rapidamente explicasse para seguirmos para a prestação de contas que a Renata também vai fazer acerca das demandas da ouvidora, já que ela está designada como ouvidora do IPSGA, visto que se trata de umas das exigências do Pró-Gestão que mensalmente a ouvidoria também se manifeste. Vamos abrir um espaço para ela se manifestar e aí depois seguimos para a política, se você puder falar sobre esse termo de ciência. **Vitor Leitão:** É, na verdade, é o seguinte, é até a publicação, a entrada em vigor da resolução 175, que trata de fundo de investimento que entrou efetivamente em vigor, é em vigência em junho desse ano, tinha como regra geral no Brasil, que os fundos eram de responsabilidade ilimitada. Ou seja, na prática isso significa que se a gente fizesse uma aplicação lá e a gente perdesse 100% do dinheiro que a gente aplicou, a gente poderia ainda ficar devendo. Que na prática foi isso que aconteceu com alguns investimentos que o Instituto fez. Lá no passado a gente perdeu tudo, virou zero e a gente ficou com dívida ainda. Essas dívidas podem ser trabalhistas, ela pode ser de fornecedor, podem ser de prestadores de serviços de fundos. Então isso aconteceu na prática com a resolução 175, essa que entrou em vigor esse ano, ela criou uma ferramenta em que os fundos podem ser classificados como de responsabilidade limitada, ou seja, a nossa responsabilidade ficaria limitada ao valor

Renata

Camille

que a gente investiu. A gente poderia até o investimento vir a zero. Mas a gente não ficaria devendo. Acaba a nossa obrigação. Quando meu investimento vira zero, o que acontece? A BFL que é o administrador desse fundo da Austro, que já virou zero e já está devendo. Mandou um termo de ciência para que os RPPS assinassem dizendo que a responsabilidade é ilimitada, ou seja, a gente continuaria na regra anterior e a gente daria ciência, assinaria um termo dizendo que está ciente de que pode, além de perder tudo, continuar devendo e tendo dívidas, é anterior que a gente vai precisar pagar. Isso é uma coisa que aí entra uma seara muito mais jurídica. Eu tenho acompanhado Camille, mas até conversei com o Gregório aqui também acho que ontem, porque é o seguinte entra numa seara muito mais jurídica, que não é a nossa. Nós não somos advogados, mas que assim deixa de fato vocês numa vulnerabilidade. Dizer o seguinte, poxa, quer dizer que eu vou dar a ciência de além de ter perdido tudo, ainda vou pagar a coisa. Eu não quero assinar isso, só que aí ao mesmo tempo entra aquela questão que seria a decisão mais óbvia não então não assino isso, mas pode não assinar, né? Será que de fato isso tem validade porque quando o recurso foi investido de responsabilidade ilimitada, então pode ser que isso seja só para atestar o que a regra na época da aplicação no fundo lá continua. Então assim, a situação tem sido acompanhada, eu confesso que eu não falei com Bruno ainda sobre isso, eu não sei qual o entendimento dele, vou até ver se eu falo com ele sobre isso, para ver como é que você de alguma forma a gente consegue ajudar. Mas a gente está de fato nessa situação aí de que nessa indefinição sobre assinar ou não esse termo, que a rigor, a gente pensa sempre de não assinar, mas a gente não sabe se isso essa não assinatura pode ter implicação. Para a gente também. Então assim, para o instituto, então a gente vai acompanhando, mas eu não tenho uma conclusão realmente sobre o caminho certo a gente tomar não. Mas eu vou, vou conversar com Bruno também. **Camille Muniz:** Perfeito, obrigada Vitor pela sua explanação acerca desse termo de responsabilidade de ciência eu vou passar aqui para Renata para que informe se houve alguma demanda da Ouvidoria relativa ao mês de outubro. Renata, você pode se manifestar. **Renata:** No mês de outubro a ouvidoria não recebeu demanda. **Camille:** Com o Pró-Gestão foi necessário implantar alguns mecanismos de prestação de contas e mensalmente precisa prestar contas ao conselho, com relação à ouvidoria e outros temas que foi orientado a adotar essa prática, então, não tendo nenhuma demanda na ouvidoria. Passo a palavra para você, Vitor para que apresente a política de investimento, para posteriormente ser deliberado acerca da aprovação, as presenças serão registradas na votação, tá certo? **Vitor Leitão:** Vou compartilhar então a tela.


Renata




Camille Muniz: Só esclarecendo, na reunião do comitê do mês passado, a Ariadne esteve presente. E foi discutido alguns pontos da minuta da política de investimentos. Esses pontos já foram inseridos nessa minuta. E como a acho que teve uma resolução. Foi isso, Vitor, aí ela já fez a atualização também com base nessa resolução. É, na verdade, eu acho que foi relativo à meta atuarial que ela já me passou hoje pela manhã. Pronto. **Camille Muniz:** Aí se você também puder esclarecer isso aí. **Vitor Leitão:** Tá, é assim, teve a publicação de uma portaria agora em outubro, começo de novembro. Enfim, há pouco tempo que estabeleceu os parâmetros para a meta atuarial. Então foi isso que a gente atualizou. Realmente estava faltando isso, está atualizada já é a portaria 2.010/ de 2025, mas aqui um ponto importante, pessoal, só para já deixar aqui registrado, em setembro de 2024, já tem 1 ano e 2 meses, foi publicada a minuta de uma nova resolução de investimentos, que a resolução atualmente, a resolução 4963, que aqui dispõe as regras gerais, principal norma que a gente tem dos investimentos de RPPS, essa norma deve ser alterada. Foi publicada essa minuta, dessa nova resolução em setembro do ano passado. Desde então, a gente está na expectativa de que essa minuta vire resolução nova. De fato, ela precisa entrar em vigor. Porque é a resolução 175, que eu acabei de comentar há pouco quando a gente falou da responsabilidade limitada de fundos, essa mesma resolução, ela mudou várias características de fundo, inclusive trazendo a questão da responsabilidade limitada, entre outras características, foram alteradas pela 175 e a gente precisa que a 4.963, que é a nossa de RPPS com a resolução atual. Mas há essa expectativa de que ela seja alterada entre aspas a qualquer momento. Eu digo entre aspas porque o Conselho Monetário Nacional, que é quem muda, se reúne uma vez por mês. Inclusive a reunião é amanhã, a de novembro pode ser que a gente apresente essa política de investimentos para vocês que tá tudo sob o regramento da 4963. Se o Conselho Monetário amanhã publicarem resolução nova, essa nossa política de investimentos precisará ser refeita sob a nova, o novo regramento. Então já estou fazendo essa, antecipando isso para vocês, para que se essa resolução saia em novembro, se ela sair em dezembro, em janeiro, em fevereiro, em março, que seja, nós vamos precisar refazer essa política de investimentos. Então eu já estou antecipando isso para vocês. Para não ficar estranho vocês aprovarem uma política de investimentos em novembro e daqui tem 1, 2 ou 3 meses que a gente aprovou, a gente já vai ter que refazer. Será que a política tá errada? Teve algum problema? Teve alguma coisa? Não é isso. O fato é, a gente vai precisar refazer essa política, porque essa minuta já deveria ter se transformado em resolução, mas não foi ainda, mas quando ela for a gente vai precisar

Camille

Minuta

Resolução

&

Resolução

Resolução

refazer a política de investimentos, então esse é um documento que a vigência dele geralmente é o ano inteiro, então assim final de 2024 a gente aprovou a política de 2025 ela tá vigente o ano inteiro essa é uma política para o ano todo. Então a gente está aprovando a de 2026, que é para valer um ano de 2026 inteiro, mas ela não vai valer 2026, porque ela precisa ser alterada em algum momento. Então é só para vocês não estranharem. Não será um erro, nenhum problema, nem nada disso. É uma atualização normativa que a gente vai precisar refazer, então. Feita essa ressalva. A gente construiu a política de 2026 muito baseada na mesma estrutura de 2025, já que a gente sabe que ela vai ter vida curta, a gente vai precisar refazer. Então, para não construir uma política nova que se, por exemplo, a resolução mudar em novembro, ela nem vai entrar. A vigência dela nem começa, porque ela é para 2026, a gente pegou aí mesmo a estrutura da política de 2025, replicou para 2026. Então vocês vão ver se vocês fizerem uma comparação entre as 2 políticas, colocando 2025 e 2026 lados a lado, vocês vão perceber que praticamente elas são cópia uma da outra. Isso é proposital. Na prática, quando a gente fez isso, a gente está quase que pensando o seguinte, eu estou só ampliando a validade da política de 2025. É basicamente isso, porque quando a gente for precisar alterar, aí sim virar uma política nova. Mas como? Por enquanto a gente sabe que ela ou nem entre em vigor ou se entrar vai ser por um período muito curto basicamente a gente está fazendo uma extensão de 2025 certo como a norma não prevê uma situação como essa em que a gente tá vivendo a gente tem que seguir o rito tradicional que é antes do exercício, que se referir, ou seja, antes de 2026, que é o exercício a que se refere a política. O Conselho precisa aprovar essa Política de Investimento. Então política de 2026 precisa ser aprovada em 2025 pelo Conselho. É isso que a gente está fazendo. Assim a gente segue para manter, é critério do CRP em dia para a gente manter a regularidade do instituto, como a gente já vem fazendo. Então a gente está seguindo o rito natural, mas já com essa expectativa de mudança daqui a pouco, certo? Esse é um documento de 28 páginas. Obviamente, eu não vou ficar lendo ele todo aqui com vocês, mas eu vou passar aqui ele mais rapidamente, até porque é a mesma, como eu disse, é a mesma estrutura de 2025, então a gente faz só eu vou só pegar aqui os principais pontos e o que a gente alterou para 2026 em relação a 2025. Estrutura básica é a mesma. Então, assim, a política de investimentos é o documento que estabelece as diretrizes, fundamento e norteia o processo de tomada de decisão dos recursos previdenciários. Então é só um direcionamento do que a gente vai fazer no ano que vem, um instrumento de gestão e de planejamento dos investimentos para o próximo ano. Nosso objetivo com essa


Renata


Renata





política de investimentos, com os investimentos do Instituto, a avaliação atuarial constatou que a gente dispõe de uma situação saudável no que tange a solvência e que a gente tem condições favoráveis para adotar uma estratégia vislumbrando no longo prazo. Alguns institutos não têm essa mesma possibilidade, então tem instituto que tem uma situação atuarial muito ruim, o patrimônio está diminuindo, é uma outra gestão de investimentos. No caso do IPSGA tem uma estrutura boa, solvente, dá para olhar para o longo prazo, a gente consegue fazer estratégias com mais tranquilidade. De olho lá no longo prazo. Então é isso que a gente vai fazer. Esse é o objetivo da política de investimentos. Nós temos como base legal a resolução 4963 de 2021, que é essa que deve ser alterada em breve. A principal norma de investimentos de RPPS e a portaria 1467 de 2022. Que traz mais um regramento de relatórios de parte mais administrativa dos investimentos. Então essa permanece a gente. A política é construída com base nessas 2 normas. A vigência é o ano de 2026, como eu comentei. Mas, justificadamente, inclusive, entre aspas, é a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas a adequação ao mercado ou a nova legislação. A própria norma já prevê isso, essa alteração. Então, quando tiver a nova legislação, a política terá que ser alterada. Falamos rapidamente aqui sobre o Pró-Gestão, que é mais recente, mas já está contemplada aqui sobre a estrutura de segregação de massas dos 2 planos. Falamos um pouquinho sobre ALM, sobre o estudo de ALM, que é o que faz essa integração do passivo, pagamento de benefícios com o ativo, a gestão dos investimentos. A gente faz essa integração através desse estudo e a gente faz um comentário também dele aqui na política de investimentos, como é que é essa construção, enfim, e como é que. A gente inclusive faz uma ressalva aqui: resultados apontaram alta robustez do portfólio, ou seja, é uma carteira de investimentos robusta, com probabilidade superior a 85% de manutenção da solvência em todos os cenários, ou seja. Quando a gente faz esse estudo, a gente olha a necessidade de pagamento de benefícios de todos os servidores por 75 anos e a gente faz uma projeção dos investimentos. Ou seja, eu preciso fazer essa integração entre o que eu tenho investido, ter dinheiro suficiente para pagar todas as minhas obrigações que são aposentadorias e pensões pelos próximos 75 anos. Quando a gente faz isso, a gente cria uma carteira de investimentos adequada a essa necessidade de pagamento, já que eu tenho vários servidores que vão se aposentar em períodos diferentes, então eu posso olhar para os investimentos com prazos diferentes. Depois de feita essa integração a escolha de uma carteira ideal para esse perfil atuarial, a gente faz simulações em cenários extremos. Se a inflação no ano for zero, se a inflação no


Renata
van
\$
R


ano for 15%, como é que essa carteira se comportaria? Então é um teste estatístico. E esse teste estatístico mostra que o RPPS em 85% dos cenários, mesmo os mais extremos, é solvente, ou seja, a gente terá a capacidade de pagar todos os benefícios previdenciários. Vitor, lá então tem 15% do cenário que a gente seria insolvente? Tem. Isso é normal, inclusive a gente está fazendo teste estatístico em cenários extremos. É inflação disparou. Por exemplo, o reajuste dos benefícios sobe mais do que a rentabilidade dos investimentos. Vai faltar dinheiro. Quer dizer que o instituto vai quebrar? Não, nada disso. É só teste estatístico. Que se eventualmente a gente começar a se deparar com os cenários extremos, a gente precisa buscar outros mecanismos de equalizar. Isso faz parte de projeção estatística. O que eu posso dizer para vocês é essa probabilidade superior a 85% de solvência em todos os cenários é extremamente positiva. É muito bom o resultado. Então assim, tem um resultado muito bom. Claro que tudo isso que eu estou falando para vocês aqui, a gente está olhando para o plano previdenciário. Plano financeiro é pagamento de aporte para a prefeitura e precisa pagar. Está falando de plano previdenciário? Está. Então é um plano muito robusto e mais tranquilo. Aqui a gente entra no conteúdo, a resolução 4963, lá no artigo quarto, ela diz que a política tem que contemplar no mínimo 8 tópicos, então tem 8 incisos. Aqui a gente fala sobre cada um deles aqui na política. Eu não vou entrar no detalhe de cada um para, enfim, para a gente tentar ir para os pontos principais continua com o modelo de gestão própria, como sempre foi. Isso significa que a norma permite que a gente terceirize a gestão. Ou seja, a gente poderia contratar uma instituição financeira e terceirizar as decisões de investimento para alguém, para uma instituição. A gente não faz isso e seria a gestão por entidade credenciada ou gestão mista, o que a gente faz é gestão própria. A unidade gestora, o instituto é quem toma as decisões de investimento. Então esse é o modelo que sempre foi feito e é o que permanece. Aqui a gente fala um pouquinho sobre o comitê e o conselho, papel de cada um, incluímos a gente aqui também a consultoria de investimento como parte integrante do processo de tomada de decisão, até para dar mais segurança para vocês também, então a gente é parte integrante aqui dessas decisões de investimento e aí entramos na estratégia de alocação. Falamos um pouco sobre o cenário econômico. Eu não vou me alongar muito aqui, mas basicamente de cenário que eu posso dizer para vocês é assim, a gente tem olhado para o ano que vem com um certo otimismo do ponto de vista de investimento, pela taxa de juros muito alta ao mesmo tempo, com cautela, porque ano que vem tem eleição. E vocês sabem que quando a gente tem eleição, o

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

mercado reage muito mais, embora assim, para a gente é no dia a dia. A eleição presidencial mais distante, não afeta o nosso dia a dia. Durante o ano. Mas do ponto de vista de mercado financeiro, ela exerce uma influência muito maior do que uma eleição municipal. Então, para o ponto de vista de mercado, a gente fica sempre alerta, porque ano que vem é um ano que com essa polarização que a gente tem, ele deve mexer com o mercado. Mas a gente tem acompanhado a nossa carteira é ofensiva para nos proteger disso já. Então são R\$ 213.000.000,00, 14 fundos de investimento. Aqui a gente traz a carteira, como é que ela está distribuída? Como eu tinha comentado com vocês, tem um fundo na Caixa Econômica, que tem 11% do patrimônio equivalente são R\$ 24.000.000,00 restante só em fundos do Banco do Brasil e os 3 fundos aqui que a gente já tem que vocês já sabe a Fontaine Ville, Austro e LSH. Então esses fundos a gente trata de uma forma separada, mas o que a gente tem de liquidez mesmo assim de recursos aplicados e movimentáveis, Banco do Brasil e Caixa, é condição favorável de liquidez. Então assim, todos os fundos praticamente estão disponíveis. Então, se precisar converter esses investimentos em dinheiro, conta corrente com dinheiro disponível na conta, mais de 95% desses recursos, é possível converter em dinheiro em 3 dias úteis. A maior parte deles, inclusive, é em zero dias. Se solicitar o resgate hoje estará disponível ainda hoje. Então o prazo que a gente vai até 3 dias. Então é uma condição de liquidez favorável demais. Nesse instante eu falei para vocês que a gente está olhando para o longo prazo. E temos o recurso disponível em 3 dias, nem é necessária toda essa disponibilidade toda, mas é a situação atual. Então o objetivo dos investimentos mais uma vez é maximizar a rentabilidade, já que tem prazo, e olhar lá para frente e aqui vem explicando um pouco mais sobre isso. Para 2026, o que pensou aqui, um ponto importante. É hoje nós temos no aqui são todos os incisos as possibilidades de aplicação em renda fixa. É o artigo 7, I, b, artigo sétimo, inciso primeiro, alínea b, tem fundos de investimento, a maior parte dos recursos que estão lá tem R\$ 150.000.000 de reais. Em fundos que são enquadrados nessa no 7, I, b, isso equivale a 70% do patrimônio. A gente trouxe aqui como sugestão, pensando nessa estratégia do ano que vem, uma estratégia alvo reduzindo esse percentual. Por que está reduzindo? Porque a gente está direcionando uma parte para o 7, I, a, que também é a compra direta de título do Tesouro Nacional. Diferença do 7, I para o 7, I, b é que o 7, I a gente compra título direto. O 7, I, b compra fundo de investimento, que compra título. A gente tem um intermediário aqui, um veículo chamado fundo de investimento, que nos leva para lá. Então a gente tem a possibilidade de comprar direto, que fez aqui foi

215

2026

2

Renato

Ima

2026

mais ou menos só direcionar uma parte para essa compra direta. Traz algumas vantagens. Eu não tenho custo de taxa de administração que eu tenho em fundo. Eu tenho a possibilidade de um processo chamado de marcação na curva, que a gente até fala na política um pouquinho mais na frente, que eu não ter essa oscilação do mercado. Eu consigo ter um rendimento já pré-definido e eu vou só, ele só sobe. Eu não tenho queda, então isso me beneficia também. E eu tenho um só. E isso tudo é Tesouro Nacional, considerado o menor risco do mercado. Então é título seguro. A rentabilidade hoje é superior a meta atuarial e eu só tenho um ponto entre aspas negativo que é o seguinte, quando eu compro esse título para um prazo de daqui a 5, 10, 15, 20, 30 anos, eu me comprometo a ficar com esse título até o final. Então ponto negativo entre aspas é que eu não teria liquidez, eu não consigo transformar essa aplicação em dinheiro, se eu quiser agora, mas eu não preciso. O estudo de ALM me diz que se eu comprar 2030 ou 40 por cento desse patrimônio para prazos diferentes ao longo do tempo, ele está adequado ao meu pagamento de benefícios. Então não preciso ter esse dinheiro disponível. Não estou dizendo para vocês que a gente vai comprar 100%, que a gente também não faria uma loucura dessa de ficar com todo o dinheiro preso por um prazo longo. A gente está falando aqui de 20% do patrimônio. Então eu tenho um título mais seguro do mercado, que é o Tesouro Nacional. Eu tenho uma rentabilidade superior a minha meta. E eu não tenho uma oscilação do mercado, então eu fico com uma carteira muito mais segura, muito mais robusta. Para efeito de comparação, a CearáPrev, por exemplo, o instituto de previdência do estado, ele tem a sua carteira hoje com mais ou menos 70% comprado em título público direto, hoje temos zero. Se vocês olharem aqui o 7, I, a tem zero. Lá no estado tem 70%, porque eles estão também com esse olhar de longo prazo. A gente também tem. A gente estava tratando de outras, porque que a gente não fez isso antes, estava tratando de outras coisas. A gente estava muito focado nesses fundos com problema, a própria questão do Pró-Gestão, enfim, tem várias coisas aí que vocês estão envolvidos. A gente está olhando para isso em 2026, começar a seguir esse passo. O IPM Fortaleza também tem feito isso, tem segregação de massa, tem cada vez mais aumentado a parcela do 7 trocado 7, I, b pelo 7, I, a então é um é um processo. Que a gente deve fazer ao longo de 2026 também para proteger mais ainda os investimentos de vocês. Então isso vai trazer mais rentabilidade e mais segurança. O restante a gente mantém mais ou menos a mesma coisa. Se vocês olharem o total de renda fixa, que é 8, V, a estratégia alfa também aponta para 8, V. O que tem de 5.8% em ações, a gente está falando de 5%. Então aqui, basicamente, o que está replicando? Abriu possibilidade de investimento








no exterior, se estiver lembrando que o investimento no exterior é no Brasil. Só atrelado a rentabilidade lá fora, o dinheiro não sai do Brasil. O Banco do Brasil mesmo, como já está em caixa. Só possibilidade e o que a gente tem de fundos estruturados que hoje é 8,93, a gente considerou 8. Então se vocês perceberem aqui, em grandes números. O que está sendo feito para a política de investimento de 2026 é o que a gente já está fazendo atualmente. A única diferença é essa, de fazer um trabalho de comprar título público para proteger ainda mais a carteira. O restante que tem de ações, o que tem de fundos estruturados, fundos multimercados, basicamente a gente permanece como já está. Então é o que a gente não tem. Fundo imobiliário, empréstimo consignado, que é zero, permanece zero, então. Mudança estrutural mesmo não tem nenhum. Só continuando em 2026. O que a gente faz em 2025. Então acho que esse são os principais pontos. **Camille Muniz:** Onde é que está aí a letra financeiro, o Comitê tomou a decisão de não ter a possibilidade de aporte. **Vitor Leitão:** Está nos ativos bancários que são ativos emitidos pelos bancos artigo 7, IV hoje tem zero e tá tudo zero inclusive o próprio limite superior é zero, ou seja. está proibido na política de investimento a aquisição de letra financeira. **Camille Muniz:** É que tínhamos tratado desse ponto na reunião com o comitê. **Vitor Leitão:** Mas, está zerado. E aí deixa eu passar aqui para parte de meta atuarial só para a gente finalizar e foi considerada essa atualização que a Camille tinha falado que era a portaria 2010 de 2025 a gente considera a duração do passivo de 27.1 anos esse foi a ARIMA quem fez a avaliação atuarial, 27.1 anos, 27 pontos 1. Aí, no caso, pessoal, é só a duração média. Em quanto tempo, em média, os servidores vão se aposentar? Tem gente que se aposenta daqui a 1 ano, tem gente que se aposenta daqui a 30 anos. Então, em média, as pessoas vão se aposentar do plano previdenciário daqui a 27 anos, ou seja, é um prazo longo, em média, só daqui a 27 anos, pode ainda acrescentar 0,15 pontos percentuais a cada ano que a gente bateu a meta dos últimos anos, a gente bateu em 23, acrescentamos 0,15% aqui deu 5,78%, portanto, a meta atuarial para 2026. É de IPCA 5 ponto 78%. **Camille Muniz:** Só que eu vi que no lado direito existe uma possibilidade de 20%. **Vitor Leitão :** Aqui. **Camille Muniz:** É limite, de resolução. Isso aí não poderia ficar zerado. **Vitor Leitão:** Não, porque aqui é o limite que a própria resolução permite. Primeiro que assim, essa é a regra da norma nacional da resolução 4963. Entendeu que a gente pode fazer isso? Mas é um bom ponto, que é o seguinte, a resolução, ela diz que a gente pode comprar até 20% de letra financeira o que a política de investimentos é justamente o seguinte eu tenho como se fosse aqui a resolução ela é um grande guarda-chuva, todos os RPPS a política de investimentos é


Renato





justamente o que a gente vai criar com as nossas particularidades. Percepções e crenças e tal. Eu não posso ultrapassar o limite da resolução, mas abaixo eu fico à vontade para eu fazer o que eu quiser. Então isso é o que a resolução diz que a gente pode ir. O que nós estamos estabelecendo na política aqui é que é zero. **Camille Muniz:** Ok, tudo bem. **Vitor Leitão:** É sim. Então acho que a gente tem uma meta atuarial de IPCA + 5,78%, considerando que a projeção de inflação para o ano que vem é 4,18% de IPCA. A gente tem uma meta para o ano que vem de 10,2%. Então assim, se a gente tem uma taxa de juros hoje, que é 15%, que ela até deve cair mas deve ficar aí talvez para 13 para 12 por cento e a gente tem uma meta de 10 por cento a gente tem um cenário em tese né em teoria dá para gente cravar nada de mercado financeiro mas em teoria um ano bom para o ano que vem tem eleição aí para deixar a gente alerta a gente nunca sabe o que pode mudar mas aparentemente gente começando o ano que vem com a carteira conservadora, como a gente está até deixando mais conservador ainda, com mais título público, fica mais tranquilo para ter um ano com meta alcançável lá no ano que vem. Mas o fato é que a meta ano que vem passa a ser IPCA mais 17,8%. Essa meta tem subido ano a ano. Ou seja, se a gente pegar de 2023 para 2026, a gente saiu de IPCA 4,86%, depois virou 5%, virou 5,24%, agora virou 5,78%. Ou seja, a meta tem subido. Isso não é a gente que escolhe isso, é um tem um todo um regramento para essa definição. Mas é uma meta que está ficando mais difícil de alcançar. Mas o cenário está favorável. A gente consegue uma meta. Dá para a gente buscar no ano que vem. O restante aqui, basicamente, vai seguir lá o que a norma pede. A gente está seguindo aqui e também é basicamente repetido de 2025. Aqui eu falo um pouco da precificação de ativos que eu comentei com vocês. Sobre marcação a mercado e marcação na curva, que é no caso a compra de título público, a gente vai se comprometer a levar até o vencimento, que são esses títulos aqui. Isso tudo está previsto lá no anexo 8 da portaria 1467. Então não tem nada de novidade, está tudo já definido. Falamos um pouquinho dos riscos, como é que a gente avalia e monitora os riscos dos investimentos e falamos um pouco aqui mais à frente da parte do acompanhamento de retorno também, não é? Então tem toda a metodologia de acompanhamento de risco, a metodologia de acompanhamento dos retornos dos investimentos. Algumas coisas que são vedadas até a própria norma também um plano de contingência, caso alguma coisa saia do controle. É provisão de perdas. Aqui é mais uma questão contábil. Perdas contábeis. Uma sugestão, uma indicação, orientação de uma instrução de procedimentos contábeis na IPC – 14, caso de resgate com fundo de cota negativa, enfim, que está só seguindo o que a norma já

Renata

pede falando sobre transparência, a própria 1467 também trata sobre transparência a gente precisa atender. E, por fim, a gente só diz aqui que aprovada pelo conselho, a política precisa ser enviada para o Ministério da previdência através do Cadprev, no demonstrativo da política de investimentos, que é o DPIN. A gente precisa enviar isso até 31/12/2025, encerra aqui não é uma política que tem mantido a mesma estrutura de 2025. Então como eu disse para vocês olhar lá e 2025, 2026 ela praticamente é igual com mudanças mais ali na meta atuarial e mudança na estratégia de alocação estrutura restante, praticamente a mesma, tá? Então acho que é isso aí. Eu abro aí para vocês. Se quiserem que eu volte em algum ponto eu, fui tentando passar um pouco mais rápido aqui, mas se quiserem algum ponto específico, eu posso, posso retornar.

Camille Muniz: Obrigada, Vitor, pela apresentação. Eu vou abrir aqui para discussão. E quem tiver alguma observação pode ficar à vontade. Algum membro do conselho ou do comitê? Eu tenho uma dúvida. **Camille Muniz:** Com relação a aquela aplicação direto do pronto, o seu Davi tem uma dúvida, ele vai usar aqui o meu, o meu espaço, que aí dá para ele. Vitor, só com relação àquele investimento direto do Tesouro, é que nós estamos zerados, vai ficar daquele jeito, não é? **Vitor Leitão:** A nossa ideia é que a gente faça essa compra de título público direto. Qual é o porquê disso? Por que que está pensando em fazer isso? Porque tem essa questão de assim hoje, bem ou mal, não é um custo alto a gente investir em fundo de investimento como com a caixa, mas a maior parte do Banco do Brasil. A gente paga hoje nesses fundos aproximadamente 0,10%, 0,20% do valor investido ao ano. Óbvio que a gente está falando de 200 milhões, 0.2% ao ano aparentemente não é muito realmente. Se a gente olhar pela média do mercado, não é caro, é o que geralmente seus fundos cobram mesmo. Mas a gente consegue trazer esse 0.2% ao ano. Sobre R\$ 200.000.000 para zero a gente tem um custo zero que a compra do Tesouro do título direto. Quando faz a compra deste título direto, além de reduzir o custo para o RPPS tem a possibilidade de garantir a taxa fundo de investimento, ele tá naquela oscilação mercado sobe mercado caí. No fundo, ele vai acompanhar aquilo. Por isso que a gente vê meses melhores, meses piores. Quando a gente faz a compra direta, a resolução nos dá a possibilidade de fazer esse processo chamado de marcação na curva, que é o seguinte, eu não estou mais com essa oscilação diária. **Vitor Leitão:** Eu estou dizendo o seguinte, se eu compro um título público hoje, ele vai me pagar mais ou menos IPCA 7%. Nesse instante eu mostrei a meta atuarial para vocês, que é IPCA 5,78% para o ano que vem. Então eu posso ter um título com garantia do Tesouro Nacional, que a garantia é




Renata



considerada o menor risco do mercado. **Camille Muniz:** Ok. **Vitor Leitão:** Me pagando IPCA mais 7 ao invés de 5,78% que é minha meta, eu estou acima da meta, garantido por um prazo mais longo que eu posso comprar um título desse com vencimento em 2027, mas eu posso comprar um título desse com vencimento em 2060, por exemplo. Isso significa que, vamos lá para o extremo, se eu comprar 2060, o tesouro nacional garante para mim que ele vai me devolver o meu dinheiro remunerar da IPCA 7% ao ano até 2060, ou seja, estou garantindo uma taxa boa superior a meta por 2035 anos. Ponto negativo, eu me comprometo a elevar esse título até o vencimento. E aí você pode dizer o seguinte, mas a gente vai se comprometer a ficar 35 anos sem pegar nesse dinheiro é mas ao mesmo tempo isso não significa que sob hipótese nenhuma nós vamos pegar a gente consegue vender se a gente quiser isso é mais para uma questão contábil quando eu faço eu registro essa intenção eu tenho capacidade de carregar esse dinheiro. **Camille Muniz:** Certo. **Vitor Leitão:** 35 anos eu vou garantir essa taxa. Faz um processo interno, só interno de garantir e de atestar que a gente vai levar até o fim. Mas se ano que vem, daqui a 23 anos, a gente precisar do dinheiro, a gente consegue vender e ter o dinheiro de volta, não é que está preso sobre totalmente não. É só por uma questão contábil de fazer esse ajuste da chamada marcação na curva. Então, de novo, eu tenho um título superior à meta com risco mais baixo, com custo zero e que eu consigo garantir essa taxa por um prazo mais longo. Por isso que praticamente todos os RPPS maiores. Eu citei para vocês só o estado do Ceará e Fortaleza, por estarem mais perto da gente. Mas tem vários outros. Se a gente olhar, o Brasil inteiro hoje faz isso, porque eu consigo garantir risco baixo e rentabilidade superior à meta, sem custo. Mas com essa ideia de e a garantia que eu tenho de que eu vou levar lá na frente sem precisar do dinheiro, é ALM que me dá, que a gente já tem também. **Camille Muniz:** É só a questão de o que vamos votar hoje, se essa alocação já vai ser feita e quando é que a gente vai votar. As alocações, elas só podem ser feitas depois que a gente se reunir, que o comitê analisar e autorizar. É aqui, é só uma diretriz. A política de investimento é só a diretriz. Que o conselho nos autoriza ou não a fazer. Em que a gente pode investir. OK, certo, tudo bem, era só essa alguém mais kalina? **Camille Muniz:** Márcia. A Márcia respondeu aqui, viu? Então é, eu vou então partir aqui para a deliberação. Eu vou, vou deixar aqui que vocês votem, vou votar por último, certo? Aí a gente já vai fazendo aqui as presenças É kalina, você pode votar? **Marcia Azevedo:** Sim, aprovo. **Camille Muniz :** Kalina ?

Handwritten signatures and initials:
- Top right: A stylized signature in blue ink.
- Middle right: The name "Renata" written in blue ink.
- Bottom right: Another stylized signature in blue ink.

Kalina Sales : Agora tá pronto, aprovado. **Camille Muniz** Então é, a Kalina votou, aprovou a política de investimentos e para 2026 o registro a presença dela. **David** Aprovo. **Camille Muniz**: Eu registro a minha presença e aprovado então acho que não temos mais nada a discutir eu vou deixar aqui aberto para que alguém queira se manifestar em mais alguma coisa. Está aberto o espaço. Acho que ninguém tem manifestação, Vitor. Estão todos sem dúvidas e sem observações. Vitor, agradecemos a sua participação, a sua explicação. As ponderações aí do especialista e a gente vai dar por encerrada a reunião conjunta do Conselho Municipal de Previdência e do Comitê de Investimentos, hoje, dia 26/11/2025, então estamos encerrando às 11:03. Eu Camille Coêlho Muniz, Presidente do Conselho Municipal de Previdência lavrei a presente ata.


CAMILLE COÊLHO MUNIZ


RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA DAVID


KALINA MARIA SALES


ANTÔNIA MÁRCIA MENDES AZEVEDO


JAMILLE FONTENELE MAGALHÃES


RENATA FEITOSA MARANHÃO